

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 2.196, DE 2015.

(Apenso: PL nº 2.667, de 2015)

Acrescenta novo artigo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", para estabelecer diretrizes sobre a utilização de aparelhos sonoros em veículos automotores em vias públicas urbanizadas.

Autor: Deputado GOULART

Relator: Deputado MARCELO DELAROLI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.196, de 2015 inclui artigo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para determinar que os Municípios deverão criar regras e incluir em seu Plano Diretor limitações de horário e de logradouros públicos para utilização de aparelhos sonoros em veículos automotores de uso comercial ou recreativo, sobretudo, em locais onde se encontrem escolas, creches, asilos, hospitais e residências.

Justifica o autor que a poluição sonora é problema cotidiano na vida dos cidadãos brasileiros, sendo necessária, portanto, atuação do Congresso Nacional no sentido de estabelecer diretriz para que os municípios incluam regramento de uso de som em veículos automotores, de forma a preservar a paz e o sossego da coletividade que não coaduna com o uso desmoderado de som automotivo em horários e locais inapropriados.

O autor especifica dois tipos de utilização de som automotivo: o comercial, que visa a propagação de anúncios comerciais ou institucionais nas ruas, e o recreativo, que extravasa a cabine do veículo para lazer do proprietário.

Tramita apensado ao projeto o PL 2.667/2015, também de autoria do deputado Goulart, que proíbe a emissão de ruídos sonoros de alto nível, conforme definido em regulamento do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, provenientes de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, e, estabelece sanções em caso de descumprimento.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas às proposições nesta Comissão.

A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano e Constituição e Justiça e de Cidadania e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Na Comissão de Meio Ambiente o projeto foi aprovado por unanimidade, considerando-se que a medida contribuirá para proteger a saúde da população dos efeitos nocivos da poluição sonora, sendo rejeitado o apensado, pelo entendimento de que o art. 42 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro, que define as contravenções penais, já tipifica a perturbação do trabalho ou do sossego alheio.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme dispõe a Constituição Federal, a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e **garantir o bem-estar de seus habitantes**.

A Lei n.º 10.257, de 2001, estabelece como diretrizes gerais da política urbana o “**planejamento do desenvolvimento das cidades**, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, **de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente**”, bem como “**ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a poluição e a degradação ambiental**”.

A poluição sonora é um problema sentido por todos os cidadãos do mundo e tem efeitos negativos conhecidos, inclusive não auditivos, como a irritabilidade, o estresse, distúrbios e alterações de sono, distúrbios circulatórios e gastrointestinais.

Para sensibilizar a população quanto aos efeitos nocivos da poluição sonora nos centros urbanos, há 18 anos, foi criado o Dia Internacional da Conscientização sobre o Ruído, International Noise Awareness Day (INAD), nos Estados Unidos, pela League for the Hard of Hearing, hoje Center for Hearing and Communication, que consiste em 60 segundos de silêncio, a fim de demonstrar o impacto do ruído na vida cotidiana.

No país, a poluição sonora é crime ambiental e contravenção penal, configurada como ‘perturbação do sossego alheio’. O crime ambiental se configura pela exposição humana a níveis superiores aos determinados na legislação ambiental por um período frequente de tempo pode provocar danos à saúde. Já a perturbação do sossego alheio é causada por qualquer som ou ruído que não seja frequente e que não possa causar danos à saúde humana.

Entretanto, a poluição sonora, sobretudo no que tange à perturbação do sossego, ainda é negligenciada no país, sobretudo no que diz respeito à organização dos espaços e limitação de ruídos nas cidades brasileiras.

Na Europa, desde o final do século XX, a questão da poluição sonora tem sido foco de atenção por meio de legislações próprias ou técnicas e metodologias de estudo do ruído de diversas.

Em 2002, Diretiva do Parlamento Europeu (DIRECTIVE 2002/49/EC, 2002) estabeleceu a necessidade de estudo da relação entre níveis sonoros e perturbação com procedimentos de avaliação e mapeamento do ruído como instrumentos do planejamento urbano e na elaboração de planos de redução do ruído em áreas habitadas, parques públicos e outras áreas consideradas mais silenciosas em meios urbanos ou em meio rural, próximos a escolas, hospitais e outros empreendimentos ou regiões sensíveis ao ruído.

Nesse contexto, entendo que a proposta está em acordo com as melhores técnicas internacionais para enfrentamento da poluição sonora ao estabelecer obrigatoriedade de regramento quanto à limitação de horários e logradouros de aparelhos sonoros em sons automotivos nos planos diretores municipais.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.196, de 2015, e pela rejeição do apensado Projeto de Lei nº 2.667, de 2015, por entender que a regulamentação proposta pelo apensado deve ser feita no âmbito municipal, em conformidade com o estabelecido pelo projeto principal.

Sala da Comissão, em de maio de 2017.

Deputado MARCELO DELAROLI

Relator